

Tributária deve avançar na próxima semana

Segundo projeto precisa ser aprovado até o fim de 2025

Por Karoline Cavalcante

O relator do segundo projeto da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), anunciou que o plano de trabalho do Projeto de Lei Complementar (PLP 108/2024) será apresentado na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, prevista para o dia 2 de abril. A declaração foi feita após uma reunião de líderes, realizada nesta quinta-feira (27).

O plano de trabalho, que será apresentado pelo relator, incluirá um cronograma de audiências públicas para discutir o projeto. O texto em análise no Senado regulamenta a gestão e fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS), cuja arrecadação é dos municípios. O projeto também trata sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD –, que deve ser pago por quem recebe heranças e doações.

Embora tenha evitado estabelecer um prazo definitivo para a votação da proposta, Braga afirmou que sua intenção é concluir a análise ainda no primeiro semestre, — o PLP precisa ser aprovado pela Casa até dezembro de 2025, considerando que o período-teste de cobrança dos novos impostos começa em 2026. “Não podemos definir uma data exata para a votação, pois ainda teremos as audiências públicas, mas a ideia é resolver a questão no primeiro semestre”, declarou o relator.



Assessoria/Eduardo Braga

Calendário da tributária foi definido na reunião de líderes

Comitê gestor

A instância máxima de decisões do Comitê Gestor do IBS (CG-IBS) será o Conselho Superior, que deverá ser criado em até 120 dias após a sanção da lei complementar, ou seja, o prazo encerrará no dia 16 de abril. Composto por 54 membros remunerados, o conselho contará com 27 indicados pelos governos estaduais e do Distrito Federal e outros 27 eleitos para representar os municípios e o DF. Haverá também um número equivalente de suplentes.

Os 27 membros eleitos serão divididos em dois grupos: 14 escolhidos com base no voto de cada prefeito, com peso igual para todos, e 13 selecionados votos ponderados de acordo com a população de cada município, sendo que os municípios com maior população terão maior peso no voto.

Sem consenso

Na quarta-feira (26), Braga se reuniu pela primeira vez

com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar do segundo projeto da reforma. A reunião, que também contou com a presença de representantes das capitais e municípios, terminou sem um consenso em relação à composição do comitê. Isso porque a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) defende que a indicação de 13 titulares seja feita pela entidade e que a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) fique com as outras 14. No entanto, a CNM deseja lançar chapa nas duas modalidades.

Para o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), é necessário que haja uma representação do interesse dos municípios brasileiros e da federação como um todo. Ao sair do encontro, ironizou, ainda, que falta alguém como o ministro Alexandre de Moraes, quando presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para definir os critérios das eleições. “Então, um vai defen-

der voto impresso, outro vai defender voto digital e falta o Xandão para botar a ordem na casa aqui”, satirizou Paes.

Também estiveram presentes os prefeitos de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) e de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB); além dos presidentes da FNP, Edvaldo Nogueira, e da CNM, Paulo Ziulkoski.

O primeiro projeto da reforma tributária enviado pelo governo federal, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no ano passado e foi sancionado com vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 16 de janeiro. O texto tratava da tributação sobre o consumo e estabelecia as regras para a implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que inclui a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), compartilhado entre os estados, o Distrito Federal e os municípios.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Antonio Augusto/STF

Paes (C) foi ao STF acompanhar sessão sobre ADPF

Crimes relevantes diminuíram depois da ADPF 635

Casos de homicídios, roubos de cargas e de mortes por policiais diminuíram no Estado do Rio desde que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu normas para operações em favelas fluminenses.

Apesar das críticas do governador Cláudio Castro e do prefeito Eduardo Paes, a ADPF 635 não interrompeu esse tipo de atuação em comunidades pobres: até o fim des-

te mês, as polícias deverão completar 5.000 operações em favelas desde a implantação da medida, em 14 de junho de 2020.

A média é de 2,8 ações por dia — isso, sem descontar fins de semana, quando há poucas dessas ações. Em fevereiro, houve 3,5 operações diárias; expurgados sábados e domingos, a média sobre para 4,5. Dia 3, o STF vai decidir o destino da ADPF.

Comparação

A coluna comparou incidência de crimes de julho de 2020 (primeiro mês cheio da ADPF) a janeiro de 2021, com o mesmo intervalo correspondente, os mesmos meses entre 2024 a 2025 (último com dados disponíveis). Os homicídios dolosos caíram de 2.010 para 1.758 (12,5%).

Mais quedas

Os roubos de cargas diminuíram 10,1% (de 2.792 para 2.509) e as mortes decorrentes de intervenção policial despencaram 35% (de 615 para 400). A letalidade violenta, índice que agrega quatro tipos de crimes que resultam em morte, caiu 16,2%; o total de roubos, 4%.



Antonio Augusto/STF

Edson Fachin determinou normas para operações

Disparada de furtos de celulares e de golpes

O roubo de veículos, porém, subiu 47,1% entre os dois períodos — os casos dispararam a partir do segundo semestre de 2024. Mas a recuperação de veículos subiu 45,3%.

Houve aumento expressivo de crimes não diretamente associados ao domínio de favelas por organizações criminosas, como furtos (65,5%) — no

caso de celulares, o índice atingiu 249,3%.

Ligados principalmente a golpes aplicados pela internet e por telefone, os casos de estelionato explodiram: 172,8%.

A diminuição no cumprimento de mandados de prisão pode indicar dificuldades de acesso a determinadas áreas, o índice foi de 6,7%.

Fuga em massa

Ao fugir do país, Léo Índio seguiu o exemplo de muitos golpistas condenados pelo STF a penas superiores a 11 anos de prisão. A análise de uma tabela da corte mostra que, entre 229 pessoas nesses casos, 61 — 26% — trocaram a expectativa da Papuda pelo exterior.

Pix: BC responde

O Banco Central, enfim, respondeu a um questionamento do Correio Bastidores sobre a falha que, na noite de quinta-feira passada, impediu que empresas que têm contas correntes no Banco Inter fossem impedidas de concluir transferências via Pix.

Trump reprovado

A nova pesquisa da série Pulso Brasil, do Ipespe, mantém a popularidade Lula no vermelho (54% a 41%), mas traz um dado preocupante para bolsonaristas, que tanto adulam o presidente Donald Trump: 54% dos brasileiros desaprovam seu governo, apoiado por 39%.

Multa

Sem citar o Inter, o BC disse que seus sistemas funcionaram e que houve falha em uma instituição. Diz que essas instituições, dependendo do tamanho, têm que manter o Pix disponível de 95% a 99,5% do tempo. Há previsão de multa no valor-ba-se de R\$ 50 mil.

Plataforma tenta tornar menos “secreto” o orçamento da União

Por Karoline Cavalcante

Nesta sexta-feira (28), o Instituto de Ensino e Pesquisa Inesper, em São Paulo (SP), sedia o Seminário de Pesquisa sobre Emendas Parlamentares, evento que promete lançar um novo olhar sobre a transparência e o uso dos recursos públicos no Brasil.

Durante o evento, será apresentada a plataforma “Central das Emendas”, uma ferramenta apartidária destinada a consolidar e disponibilizar dados sobre emendas parlamentares. A iniciativa visa oferecer recursos para pesquisadores, organizações e cidadãos interessados em compreender, monitorar e propor melhorias na gestão pública e no uso de recursos federais. O seminário contará com mais de dez palestrantes, em São Paulo.

A plataforma “Central das Emendas” foi criada pelo engenheiro de computação Bruno Bondarovsky, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com financiamento da Embaixada dos Estados Unidos (EUA). A ferramenta — disponível em <https://www.centraaldasemendas.info> — reúne dados abertos de diversas fontes, como o governo federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, desde 2015. É possível filtrar as informações por autor, tipo, partido, estado, beneficiário, temática e período. Além disso, a plataforma in-



Pedro França/Agência Senado

Plataforma permitirá monitoramento das emendas

tegra informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população de estados e municípios.

Bondarovsky afirma que a Central das Emendas pode revolucionar a forma como a sociedade brasileira interage com questões públicas, especialmente a distribuição e a execução do Orçamento Federal.

“A plataforma não apenas complementa as iniciativas de transparência e controle existentes, mas amplia a capacidade de fiscalização e mobilização da sociedade civil”, afirmou o engenheiro responsável pela ferramenta.

Congresso Nacional

Na semana passada, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei orçamentária (LOA) de 2025, com uma previsão de R\$ 50 bilhões reservados para emendas parlamentares. Segundo Bondarovsky, investir na plataforma vai contribuir para a melhor aplicação desse valor. “E também pode abrir caminhos para debates estruturais urgentes sobre o papel dos poderes da República, o equilíbrio fiscal, a efetividade das políticas públicas e o combate à corrupção”, completou.

Recentemente, o Legislativo também aprovou o Projeto

de Resolução nº 1 de 2025, que altera regras sobre a apresentação e indicação de emendas parlamentares. A nova resolução, aprovada durante uma sessão conjunta de senadores e deputados em 13 de março, busca modernizar o processo e aumentar a transparência no uso dos recursos.

As comissões parlamentares terão agora de seguir um novo formato para a ratificação das emendas, utilizando um formulário específico que inclui a identificação dos responsáveis por cada indicação de recurso. A mudança atende à decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), e promete tornar o processo mais claro e eficiente.

Em entrevista ao programa “Bom Dia, Ministro” na última terça-feira (25), a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, destacou a importância das emendas, mas alertou sobre o impacto de valores excessivos destinados a elas.

“Sou e sempre fui a favor das emendas. Mas elas não podem ser de uma ordem que vá impedir que políticas públicas essenciais para o Brasil sejam feitas de forma planejada e organizada”, iniciou.

“Quem tem a visão do todo é o Executivo federal. Os parlamentares também têm uma visão de país, mas, em geral, ela é muito específica do local por onde foram eleitos”, prosseguiu a ministra.